



**POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
CENTRO DE ALTOS ESTUDOS POLICIAIS
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO *LATO SENSU* EM SEGURANÇA PÚBLICA**

**CAP QOEM ANDERSON MEDEIROS DE LIMA
CAP QOEM EDUARDA CLEMENTE DE PONTES**

**USO DE CÂMERAS CORPORAIS NA POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA:
UM ESTUDO TRANSVERSAL JUNTO AO BATALHÃO
ESPECIALIZADO DE POLICIAMENTO TURÍSTICO – BEPTUR**

João Pessoa – PB

2026

CAP QOEM ANDERSON MEDEIROS DE LIMA
CAP QOEM EDUARDA CLEMENTE DE PONTES

**USO DE CÂMERAS CORPORAIS NA POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA:
UM ESTUDO TRANSVERSAL JUNTO AO BATALHÃO
ESPECIALIZADO DE POLICIAMENTO TURÍSTICO – BEPTUR**

Artigo apresentado ao Centro de Altos Estudos Policiais da Diretoria de Educação e Cultura da Polícia Militar da Paraíba, como requisito final para obtenção do título de Especialista em Segurança Pública.

Orientadora: Dra. Fernanda Mendes Cabral

Linha de Pesquisa: Funções, técnicas e procedimentos em Segurança Pública.

APROVADO EM: ____ / ____ / ____

Dra. Fernanda Mendes Cabral
(Orientadora)

Examinador(a) Interno(a)

Presidente da Banca Examinadora

João Pessoa – PB

2026

USO DE CÂMERAS CORPORAIS NA POLÍCIA MILITAR DA PARAÍBA: UM ESTUDO TRANSVERSAL JUNTO AO BATALHÃO ESPECIALIZADO DE POLICIAMENTO TURÍSTICO – BEPTUR

DR^a FERNANDA MENDES CABRAL

CAP QOEM ANDERSON MEDEIROS DE LIMA

CAP QOEM EDUARDA CLEMENTE DE PONTES

RESUMO

A utilização de câmeras corporais por policiais militares tem se expandido no Brasil como estratégia voltada ao fortalecimento da transparência institucional, da produção de provas e da segurança jurídica dos agentes de segurança pública. Nesse contexto, o presente estudo teve como objetivo analisar as percepções dos policiais militares do Batalhão Especializado em Policiamento Turístico da Polícia Militar da Paraíba (BEPTur-PMPB) acerca da utilização de câmeras corporais e de seus impactos na rotina operacional. Trata-se de um estudo transversal de caráter descritivo e abordagem quantitativa, conduzido junto a 24 policiais militares pertencentes à unidade pesquisada. A coleta de dados foi realizada por meio de questionário estruturado composto por informações sociodemográficas e funcionais, além de questões baseadas em escala Likert sobre diferentes aspectos relacionados ao uso das câmeras corporais. Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva, utilizando frequências absolutas e relativas. Os resultados demonstraram predominância de percepções favoráveis quanto à segurança jurídica proporcionada pelo equipamento, sendo que a maioria dos participantes concordou total ou parcialmente que as câmeras contribuem para sua proteção profissional. Também foi observada influência das câmeras corporais na tomada de decisão durante as ocorrências. Por outro lado, parcela expressiva dos policiais percebeu o equipamento como mecanismo de controle institucional e relatou desconforto associado ao uso contínuo durante o serviço. Em relação à ampliação da tecnologia na corporação, verificou-se tendência favorável, embora coexistam opiniões divergentes. Conclui-se que as câmeras corporais são percebidas pelos policiais do BEPTur como ferramentas relevantes para a atividade policial, especialmente pela segurança jurídica e transparência proporcionadas, apesar dos desafios relacionados ao monitoramento constante e à adaptação operacional.

Palavras-chave: Câmeras corporais; Segurança pública; Polícia militar

1 INTRODUÇÃO

A incorporação de tecnologias digitais nas instituições de segurança pública tem promovido mudanças significativas nos modelos contemporâneos de policiamento ostensivo no Brasil. Entre

essas inovações, destacam-se as câmeras corporais utilizadas por policiais militares durante patrulhamentos, abordagens e atendimentos de ocorrências. A adoção desses dispositivos tem sido amplamente discutida por gestores públicos, pesquisadores, operadores do direito e representantes da sociedade civil, especialmente em razão de seu potencial para ampliar a transparência das ações policiais, fortalecer mecanismos de controle administrativo e qualificar a produção de provas. Além disso, as câmeras corporais têm sido apontadas como instrumentos capazes de contribuir para o fortalecimento da legitimidade das instituições policiais perante a sociedade. Nesse contexto, diversas corporações brasileiras iniciaram processos de implementação dessas tecnologias em unidades consideradas estratégicas para a atividade policial (Murali et al., 2024).

No cenário da segurança pública brasileira, a utilização de *body cams* tem provocado alterações relevantes nas práticas profissionais desenvolvidas pelos policiais militares. A gravação contínua das atividades operacionais influencia comportamentos, decisões e procedimentos adotados durante o serviço, repercutindo tanto na dinâmica interna das corporações quanto na relação estabelecida entre polícia e população. Estudos recentes apontam que o uso dessas tecnologias pode contribuir para a redução de conflitos, denúncias e questionamentos posteriores sobre a atuação policial (Magaloni; Melo; Robles, 2023). Entretanto, também são levantadas discussões acerca dos impactos psicológicos, administrativos e operacionais decorrentes do monitoramento constante das atividades desenvolvidas pelos agentes de segurança pública. Nesta perspectiva, torna-se necessário questionar de que forma os policiais militares percebem os impactos da utilização das câmeras corporais em sua rotina profissional.

Na Polícia Militar da Paraíba, a implementação das câmeras corporais integra um processo de modernização administrativa e operacional. Entre as unidades contempladas encontra-se o Batalhão Especializado em Policiamento Turístico (BEPTur), responsável pelo policiamento ostensivo em áreas turísticas e locais de grande circulação de pessoas. Em razão das características de sua atuação, os policiais dessa unidade mantêm contato frequente com moradores, comerciantes e turistas, tornando o uso das câmeras corporais especialmente relevante para a mediação das interações sociais e para o registro das ocorrências atendidas. Nesse contexto, a análise das percepções desses profissionais permite compreender aspectos relacionados à utilização prática das *body cams* no contexto da segurança pública paraibana (Medeiros et al., 2025).

A discussão sobre o uso de câmeras corporais também envolve questões relacionadas à fiscalização institucional e à proteção jurídica dos próprios policiais militares. Defensores dessa

tecnologia argumentam que os registros audiovisuais contribuem para o esclarecimento de ocorrências controversas e para a garantia de maior segurança jurídica aos profissionais envolvidos. Em contrapartida, alguns policiais manifestam preocupações relacionadas ao monitoramento permanente e às possíveis limitações impostas à autonomia profissional. Essas diferentes perspectivas evidenciam a complexidade do processo de incorporação tecnológica nas instituições policiais. Além disso, fatores organizacionais, culturais e administrativos podem influenciar a forma como os profissionais percebem os benefícios e os desafios decorrentes da utilização dessas ferramentas. Assim, investigar tais percepções torna-se fundamental para compreender os impactos produzidos pela adoção das câmeras corporais no cotidiano do trabalho policial (Patil; Bernstein, 2022).

A realização deste estudo justifica-se pela expansão do uso de câmeras corporais nas corporações policiais brasileiras e pela necessidade de compreender seus efeitos sobre a atividade policial. Embora a literatura nacional tenha avançado na discussão sobre os impactos dessa tecnologia, ainda são limitadas as pesquisas voltadas para a realidade de unidades operacionais especializadas, especialmente em contextos regionais específicos. Nesse sentido, a investigação desenvolvida junto ao Batalhão Especializado em Policiamento Turístico da Polícia Militar da Paraíba contribui para ampliar o conhecimento científico sobre o tema, permitindo identificar percepções, benefícios, limitações e desafios associados ao uso das *body cams*.

Do ponto de vista institucional, os resultados podem subsidiar processos de avaliação e aperfeiçoamento das políticas relacionadas à utilização das câmeras corporais, auxiliando gestores na formulação de estratégias voltadas ao treinamento, adaptação funcional e qualificação dos profissionais que utilizam essa tecnologia. Sob a perspectiva social, o estudo contribui para o debate acerca da transparência das ações policiais, da proteção jurídica dos agentes de segurança pública e do fortalecimento da relação entre polícia e sociedade. Dessa forma, a pesquisa apresenta relevância científica, profissional e social ao abordar uma temática diretamente relacionada às transformações tecnológicas observadas na segurança pública contemporânea (Oliveira, 2025). Diante desse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar as percepções dos policiais militares do Batalhão Especializado em Policiamento Turístico (BEPTur) acerca da utilização de câmeras corporais e dos impactos desse recurso em sua rotina operacional. Para tanto, busca-se destacar o processo de implantação das câmeras corporais no BEPTur da Polícia Militar da Paraíba

(PMPB), conhecer a percepção dos policiais sobre o uso desse equipamento em sua atuação cotidiana e refletir sobre os impactos dessa tecnologia na rotina operacional da unidade.

2 CÂMERAS CORPORAIS NA SEGURANÇA PÚBLICA: AVANÇOS, IMPACTOS E IMPLICAÇÕES NA ATIVIDADE POLICIAL

A segurança pública contemporânea tem incorporado progressivamente diferentes recursos tecnológicos destinados ao aprimoramento das atividades policiais desenvolvidas institucionalmente diariamente. Entre essas inovações, destacam-se as câmeras corporais utilizadas por agentes de segurança durante patrulhamentos, abordagens e atendimentos operacionais diversos. Essas tecnologias surgiram inicialmente em países estrangeiros como instrumentos voltados à ampliação da transparência institucional e controle das ações policiais. Posteriormente, diversos estados brasileiros passaram a implementar programas relacionados ao uso de *body cams* em unidades operacionais consideradas estratégicas administrativamente. A adoção dessas ferramentas relaciona-se diretamente às demandas sociais por maior fiscalização das atividades desenvolvidas pelos profissionais responsáveis pela segurança pública nacional. Nesse contexto, as câmeras corporais passaram a ocupar posição relevante nas discussões acadêmicas relacionadas à modernização das instituições policiais brasileiras contemporâneas (De Gusmão; Nascimento; Lopes, 2026).

A literatura especializada destaca que as câmeras corporais podem contribuir significativamente para fortalecimento da transparência nas ações desenvolvidas pelos agentes policiais militares diariamente. Os registros audiovisuais produzidos durante ocorrências operacionais possibilitam maior controle administrativo sobre procedimentos adotados em abordagens e intervenções policiais diversas. Além disso, esses dispositivos permitem documentar situações envolvendo conflitos, denúncias, resistências e demais circunstâncias relacionadas ao exercício funcional dos profissionais envolvidos operacionalmente. Estudos apontam que a existência dessas gravações favorece maior responsabilização institucional e redução de comportamentos inadequados durante ações policiais ostensivas realizadas cotidianamente. Paralelamente, as imagens registradas podem servir como importantes elementos probatórios em processos administrativos, judiciais e investigações internas institucionais posteriores. Dessa maneira, as *body cams* passaram a ser compreendidas como instrumentos estratégicos para

ampliação da legitimidade institucional perante a sociedade contemporânea (Davies; Krame, 2023).

Outro aspecto frequentemente abordado pelas pesquisas relaciona-se aos impactos comportamentais provocados pelo uso contínuo das câmeras corporais no serviço policial ostensivo diário. A percepção de monitoramento constante tende a influenciar decisões, posturas e condutas adotadas pelos policiais militares durante atendimentos operacionais diversos realizados institucionalmente. Alguns estudos indicam redução significativa de denúncias relacionadas ao uso excessivo da força após implementação das *body cams* em determinadas corporações policiais brasileiras. Além disso, pesquisadores destacam possíveis melhorias nas interações interpessoais estabelecidas entre policiais militares e cidadãos abordados durante ocorrências rotineiras cotidianas. Entretanto, determinados profissionais relatam desconfortos relacionados à sensação permanente de fiscalização administrativa e limitação de sua autonomia funcional operacional cotidiana. Assim, a literatura demonstra que os efeitos comportamentais decorrentes dessa tecnologia apresentam características complexas e multifatoriais institucionalmente relevantes (Júnior; Júnior, 2025).

As discussões acadêmicas sobre câmeras corporais também envolvem reflexões relacionadas à proteção jurídica dos policiais militares durante o exercício regular das atividades operacionais institucionais. Muitos autores argumentam que os registros audiovisuais produzidos pelas *body cams* contribuem para esclarecimento de ocorrências controversas envolvendo denúncias contra agentes públicos. Nessas situações, as gravações podem funcionar como mecanismos probatórios capazes de demonstrar a legalidade dos procedimentos adotados pelos policiais militares envolvidos diretamente. Além disso, os dispositivos auxiliam na preservação de evidências relevantes para processos administrativos disciplinares e investigações judiciais posteriores relacionadas às ocorrências registradas. Dessa maneira, parte significativa da literatura compreende as câmeras corporais como instrumentos potencialmente favoráveis à proteção funcional dos profissionais de segurança pública brasileira. Contudo, permanecem debates acadêmicos relacionados aos limites éticos, jurídicos e institucionais decorrentes da utilização contínua dessas tecnologias operacionais contemporâneas (Genghini; De Oliveira; Fabretti, 2023).

A implementação de câmeras corporais nas corporações policiais brasileiras também suscita discussões relacionadas à privacidade e ao monitoramento institucional permanente dos agentes públicos. Pesquisadores apontam que a gravação contínua das atividades operacionais pode

produzir impactos psicológicos relevantes sobre os profissionais submetidos constantemente à fiscalização tecnológica institucional. Em determinados contextos, policiais militares relatam sensação de pressão administrativa decorrente da possibilidade permanente de avaliação posterior das condutas adotadas operacionalmente diariamente. Além disso, existem debates relacionados aos critérios utilizados para armazenamento, acesso e utilização das imagens registradas durante ocorrências policiais ostensivas diversas. Questões envolvendo sigilo funcional, exposição indevida e proteção de dados pessoais também passaram a integrar as discussões contemporâneas sobre utilização dessas ferramentas tecnológicas institucionais. Portanto, a literatura evidencia necessidade permanente de equilíbrio entre transparência pública, fiscalização administrativa e preservação dos direitos individuais dos profissionais envolvidos (Gomes; Santos, 2025).

No contexto brasileiro, diferentes estados passaram a desenvolver programas específicos voltados à implementação gradual das câmeras corporais em unidades policiais operacionais especializadas contemporaneamente. Essas iniciativas apresentam características distintas relacionadas aos modelos tecnológicos adotados, formas de utilização e objetivos institucionais estabelecidos administrativamente pelas corporações responsáveis. Em diversos casos, os programas foram implementados prioritariamente em unidades consideradas estratégicas devido ao elevado número de ocorrências e interações sociais cotidianas desenvolvidas operacionalmente. Estudos nacionais demonstram que os resultados obtidos variam conforme fatores estruturais, culturais, administrativos e organizacionais presentes em cada instituição policial brasileira analisada academicamente. Além disso, pesquisadores destacam que a aceitação dessas tecnologias pelos policiais militares influencia diretamente sua efetividade prática no contexto operacional institucional cotidiano. Assim, compreender as especificidades locais torna-se fundamental para avaliação adequada dos impactos produzidos pelas *body cams* nas corporações policiais estaduais brasileiras (karakatsanis, 2024).

No âmbito da Polícia Militar da Paraíba, a utilização de câmeras corporais representa importante iniciativa relacionada ao processo contemporâneo de modernização institucional e operacional corporativa. A implementação dessas tecnologias em unidades especializadas, como o Batalhão Especializado em Policiamento Turístico, amplia debates sobre seus efeitos práticos nas atividades desenvolvidas diariamente pelos policiais militares. Considerando as características operacionais específicas do BEPTur, marcadas pelo contato frequente com turistas, comerciantes e população civil diversificada, as *body cams* assumem relevância estratégica institucional

significativa. Nesse cenário, torna-se importante analisar como os profissionais dessa unidade percebem os impactos decorrentes da utilização contínua desses dispositivos tecnológicos operacionais contemporâneos. A investigação dessas percepções possibilita compreender mudanças relacionadas aos procedimentos policiais, relações interpessoais e dinâmica funcional desenvolvida no contexto operacional especializado paraibano. Dessa forma, o estudo contribui para ampliação das discussões científicas relacionadas às tecnologias aplicadas atualmente à segurança pública estadual brasileira (De Carvalho; Lima, 2023).

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracterizou-se como um estudo transversal de abordagem quantitativa e caráter descritivo, desenvolvido no âmbito da segurança pública estadual. O estudo foi conduzido após aprovação do Comitê de Ética competente vinculado à Polícia Militar da Paraíba, responsável pela avaliação ética da investigação. A pesquisa seguiu as recomendações metodológicas estabelecidas pela iniciativa *Strengthening the Reporting of Observational Studies in Epidemiology* – STROBE. (Vandenbroucke et al., 2014).

O estudo foi realizado com policiais militares pertencentes ao Batalhão Especializado em Policiamento Turístico da Polícia Militar da Paraíba (BEPTur) no mês de Junho de 2026. Os participantes foram convidados voluntariamente a integrar a pesquisa, após receberem esclarecimentos sobre os objetivos, procedimentos metodológicos e aspectos éticos envolvidos. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido antes da aplicação do instrumento de coleta de dados.

Foram observados os princípios éticos aplicáveis às pesquisas envolvendo seres humanos, conforme a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Foi garantido o sigilo, o anonimato e a confidencialidade das informações fornecidas pelos participantes. Além disso, os policiais puderam desistir da pesquisa a qualquer momento, sem qualquer prejuízo funcional, administrativo ou profissional. As informações obtidas foram utilizadas exclusivamente para fins científicos e acadêmicos.

A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário estruturado elaborado especificamente para este estudo, contendo questões objetivas e uma questão discursiva relacionadas à utilização de câmeras corporais nas atividades policiais. O instrumento contemplou

informações referentes ao processo de implantação das câmeras corporais no BEPTur e às suas repercussões na atividade operacional. Além disso, buscou identificar as percepções dos policiais militares acerca das mudanças decorrentes da utilização das bodycams durante o serviço, incluindo aspectos relacionados à segurança jurídica, tomada de decisão, controle institucional, conforto durante a atividade laboral e ampliação da tecnologia na corporação.

O questionário foi dividido em três partes. A primeira, denominada “Perfil do Policial”, destinou-se à caracterização sociodemográfica e funcional dos participantes, contemplando questões sobre posto ou graduação, tempo de serviço na Polícia Militar e tempo de utilização da câmera corporal.

A segunda parte foi composta por afirmações relacionadas à percepção dos policiais sobre o uso das câmeras corporais. Para essa etapa foi utilizada uma escala do tipo Likert de cinco pontos, composta pelas seguintes categorias de resposta: 1 – Discordo totalmente; 2 – Discordo parcialmente; 3 – Nem concordo nem discordo; 4 – Concordo parcialmente; e 5 – Concordo totalmente. As afirmações avaliadas foram: (a) sinto-me mais seguro juridicamente utilizando a câmera corporal; (b) o uso da câmera influencia minha tomada de decisão durante ocorrências; (c) o uso da câmera corporal representa uma forma de controle institucional sobre o policial; (d) o uso contínuo da câmera causa desconforto durante o serviço; e (e) sou favorável à ampliação do uso de câmeras corporais na Polícia Militar.

A terceira parte do instrumento consistiu em uma questão aberta, destinada à obtenção de percepções complementares dos participantes acerca da temática investigada. A pergunta formulada foi: “Como você avalia, de modo geral, o uso de câmeras corporais na atividade policial militar?”.

Os dados quantitativos foram organizados e analisados por meio de estatística descritiva, utilizando frequências absolutas e relativas (percentuais). Os resultados foram apresentados em tabelas e descritos de forma narrativa, buscando evidenciar o perfil dos participantes e suas percepções acerca da utilização das câmeras corporais. As respostas discursivas foram examinadas de forma complementar, com o objetivo de contextualizar e aprofundar a compreensão dos resultados quantitativos obtidos.

4 RESULTADOS

Participaram do estudo 24 policiais militares pertencentes ao Batalhão Especializado em Policiamento Turístico da Polícia Militar da Paraíba. Conforme apresentado na Tabela 1, observou-se predominância de soldados, que representaram 29,2% da amostra (n=7), seguidos por tenentes e sargentos, ambos correspondendo a 20,8% dos participantes (n=5). Os cabos representaram 16,7% (n=4) e os capitães 12,5% (n=3). Em relação ao tempo de serviço na corporação, verificou-se maior concentração de policiais com experiência entre 6 e 10 anos (33,3%; n=8), seguidos daqueles com até 5 anos de serviço (25,0%; n=6). Os participantes com 11 a 15 anos de atuação corresponderam a 20,8% (n=5), enquanto aqueles com 16 a 20 anos e mais de 20 anos representaram 12,5% (n=3) e 8,3% (n=2), respectivamente.

Ainda de acordo com a Tabela 1, a maioria dos participantes possuía experiência recente com a utilização das câmeras corporais. Observou-se que 54,2% dos policiais (n=13) utilizavam o equipamento entre 3 e 6 meses, enquanto 25,0% (n=6) relataram utilizá-lo há menos de 3 meses. Apenas 20,8% dos respondentes (n=5) informaram utilizar a tecnologia entre 6 meses e 1 ano, evidenciando que a implementação do equipamento no batalhão era relativamente recente no momento da coleta dos dados.

As percepções dos policiais militares acerca do uso das câmeras corporais encontram-se apresentadas na Tabela 2. Em relação à segurança jurídica, observou-se predominância de respostas favoráveis, uma vez que 70,9% dos participantes concordaram total ou parcialmente que a utilização da câmera corporal aumenta sua proteção jurídica durante o exercício profissional. Apenas 12,5% manifestaram algum grau de discordância, enquanto 16,7% mantiveram posicionamento neutro. Esses resultados sugerem que os participantes reconhecem o potencial das gravações como instrumento de respaldo profissional em situações de questionamento sobre a atuação policial.

No que se refere à influência das câmeras corporais na tomada de decisão durante as ocorrências, os dados da Tabela 2 demonstram que 70,8% dos participantes concordaram total ou parcialmente com essa afirmação. Em contrapartida, 16,6% discordaram da influência do equipamento sobre suas decisões operacionais e 12,5% permaneceram neutros. Esses achados indicam que a presença da câmera corporal tende a influenciar o comportamento profissional e os procedimentos adotados pelos policiais durante o atendimento das ocorrências.

Quanto à percepção das câmeras corporais como mecanismo de controle institucional, verificou-se que 58,3% dos respondentes concordaram total ou parcialmente com essa afirmação,

conforme demonstrado na Tabela 2. Por outro lado, 33,3% apresentaram algum grau de discordância e 8,3% adotaram posição neutra. Resultados semelhantes foram observados em relação ao desconforto decorrente do uso contínuo do equipamento, uma vez que 58,4% dos policiais relataram concordância parcial ou total com a existência desse desconforto, enquanto 37,5% discordaram e 4,2% permaneceram indiferentes.

A análise da opinião dos participantes sobre a ampliação do uso das câmeras corporais na Polícia Militar revelou resultados mais heterogêneos (Tabela 2). Observou-se que 45,8% dos policiais concordaram total ou parcialmente com a expansão da tecnologia na corporação, enquanto 29,1% discordaram dessa proposta. Além disso, 25,0% dos participantes adotaram posicionamento neutro. Esses resultados demonstram que, embora exista tendência favorável à ampliação do uso das câmeras corporais, persistem percepções divergentes entre os profissionais quanto aos impactos e à abrangência dessa tecnologia no contexto da atividade policial militar.

Tabela 1. Características sociodemográficas e funcionais dos policiais militares participantes.

Variável	Categoria	Resultado n (%)
Posto/Graduação	Capitão	3 (12.5)
	Tenente	5 (20.8)
	Sargento	5 (20.8)
	Cabo	4 (16.7)
	Soldado	7 (29.2)
Tempo de serviço na PM	Até 5 anos	6 (25.0)
	6–10 anos	8 (33.3)
	11–15 anos	5 (20.8)
	16–20 anos	3 (12.5)
	Mais de 20 anos	2 (8.3)
Tempo de uso da câmera corporal	Menos de 3 meses	6 (25.0)
	3–6 meses	13 (54.2)
	6 meses a 1 ano	5 (20.8)

Fonte: Dados da pesquisa.

As respostas à pergunta aberta reforçaram os resultados quantitativos, evidenciando percepções predominantemente favoráveis ao uso das câmeras corporais. A maioria dos participantes destacou que a tecnologia proporciona maior segurança jurídica, transparência das ações policiais, produção de provas e proteção tanto para os policiais quanto para os cidadãos. Também foram mencionados benefícios relacionados ao fortalecimento da legalidade, ao respaldo

profissional diante de falsas acusações e ao aperfeiçoamento da atuação policial. Por outro lado, parte dos respondentes apontou preocupações quanto à perda de privacidade, ao monitoramento contínuo, ao desconforto provocado pela gravação ininterrupta e à percepção das câmeras como instrumento de controle institucional.

Alguns policiais defenderam que a utilização do equipamento deveria ocorrer apenas em situações específicas ou mediante acionamento discricionário, enquanto outros ressaltaram a necessidade de maior esclarecimento sobre o funcionamento, a regulamentação e os objetivos da tecnologia. De forma geral, os relatos evidenciam que, embora haja reconhecimento dos benefícios das câmeras corporais, sua aceitação depende da conciliação entre transparência, segurança jurídica, preservação da privacidade e adequada implementação institucional.

Tabela 2. Percepções dos policiais militares sobre o uso de câmeras corporais (n = 24)

Afirmiação	Discordo totalmente n (%)	Discordo parcialmente n (%)	Neutro n (%)	Concordo parcialmente n (%)	Concordo totalmente n (%)
Sinto-me mais seguro juridicamente utilizando a câmera corporal	1 (4.2)	2 (8.3)	4 (16.7)	10 (41.7)	7 (29.2)
O uso da câmera influencia minha tomada de decisão durante ocorrências	2 (8.3)	2 (8.3)	3 (12.5)	12 (50.0)	5 (20.8)
O uso da câmera corporal representa uma forma de controle institucional sobre o policial	5 (20.8)	3 (12.5)	2 (8.3)	8 (33.3)	6 (25.0)
O uso contínuo da câmera causa desconforto durante o serviço	6 (25.0)	3 (12.5)	1 (4.2)	7 (29.2)	7 (29.2)

Sou favorável à ampliação do uso de câmeras corporais na Polícia Militar	2 (8.3)	5 (20.8)	6 (25.0)	5 (20.8)	6 (25.0)
--	---------	----------	----------	----------	----------

Fonte: Dados da pesquisa.

5 DISCUSSÃO

A presente investigação evidenciou que os policiais militares do BEPTur apresentam percepções predominantemente favoráveis ao uso das câmeras corporais, especialmente quanto à segurança jurídica e ao suporte fornecido durante a atividade operacional. A maioria dos participantes relatou sentir-se mais protegida juridicamente com a utilização do equipamento, resultado que converge com estudos que apontam as gravações como mecanismos importantes para esclarecimento de ocorrências controversas. Além disso, observou-se que parcela expressiva dos respondentes reconhece influência das câmeras na tomada de decisão durante os atendimentos policiais. Esse achado sugere que a presença do dispositivo pode estimular maior cautela na condução das intervenções e no cumprimento dos protocolos institucionais. Tais resultados corroboram evidências apresentadas por Magaloni, Melo e Robles (2023), que identificaram mudanças comportamentais decorrentes do uso de câmeras corporais em contextos policiais.

Os resultados também demonstraram que muitos participantes percebem as câmeras corporais como instrumentos de controle institucional, revelando a coexistência de benefícios e preocupações associadas à tecnologia. Embora o monitoramento seja frequentemente associado ao fortalecimento da transparência organizacional, parte dos policiais pode interpretá-lo como ampliação da supervisão administrativa sobre suas atividades cotidianas. Essa percepção é compatível com a literatura que discute os efeitos do monitoramento tecnológico sobre a autonomia profissional dos trabalhadores (Sahban, 2025). Patil e Bernstein (2022) destacam que tecnologias de vigilância podem produzir simultaneamente efeitos de controle e de redução de conflitos interpessoais. Nesse sentido, os resultados sugerem que a aceitação das câmeras corporais depende não apenas de seus benefícios operacionais, mas também da forma como sua implementação é conduzida institucionalmente.

Outro aspecto relevante observado foi a influência das câmeras corporais na tomada de decisão durante as ocorrências, associada à elevada percepção de segurança jurídica identificada

entre os participantes. A combinação desses resultados indica que os policiais tendem a adaptar seus comportamentos diante da possibilidade de registro permanente das interações realizadas durante o serviço (Ariel; Farrar; Sutherland, 2015). Essa adaptação pode contribuir para maior observância dos procedimentos operacionais padronizados e para redução de condutas potencialmente questionáveis. Ao mesmo tempo, o monitoramento constante pode gerar maior preocupação com eventuais interpretações administrativas das ações registradas. Dessa forma, os efeitos das câmeras corporais sobre o comportamento policial parecem envolver um equilíbrio entre proteção profissional, responsabilização e conformidade institucional (Lum et al., 2019; Stoughton, 2018).

Os achados relacionados ao desconforto durante o uso contínuo do equipamento merecem atenção, especialmente considerando que a maioria dos participantes possuía experiência relativamente recente com a tecnologia. Mais da metade dos respondentes relatou algum nível de desconforto associado à utilização das câmeras corporais durante o serviço operacional. Essa percepção pode estar relacionada tanto a aspectos físicos do equipamento quanto à adaptação psicológica decorrente do monitoramento permanente. A literatura sobre incorporação tecnológica em organizações de segurança indica que processos iniciais de implementação frequentemente são acompanhados por resistências e dificuldades de adaptação. Nesse contexto, treinamentos contínuos e aperfeiçoamentos operacionais podem contribuir para minimizar os impactos negativos identificados pelos policiais (Poirier; Charbonneau; Boivin, 2024).

Embora tenha sido observada tendência favorável à ampliação das câmeras corporais na Polícia Militar, os resultados revelaram considerável diversidade de opiniões entre os participantes. Parte dos policiais demonstrou apoio à expansão da tecnologia, enquanto outros permaneceram neutros ou manifestaram discordância parcial quanto à sua ampliação institucional. Essa distribuição sugere que as experiências individuais com o equipamento podem influenciar diretamente a formação das percepções sobre sua efetividade. Ademais, fatores relacionados ao tempo de serviço, função exercida e experiência prévia com tecnologias de monitoramento podem contribuir para diferenças de posicionamento entre os profissionais. Dessa maneira, a implementação de políticas voltadas à expansão das câmeras corporais deve considerar as percepções dos usuários para favorecer maior adesão institucional (Gundhus, 2013).

Os resultados também evidenciam que a percepção dos policiais sobre o uso das câmeras corporais é marcada por um equilíbrio entre benefícios e desafios. Embora predomine o

reconhecimento de que a tecnologia fortalece a segurança jurídica, amplia a transparência das ações e contribui para a produção de provas, persistem preocupações relacionadas à privacidade, ao monitoramento contínuo e ao desconforto decorrente da gravação ininterrupta durante o serviço. Além disso, parte dos participantes demonstrou que a aceitação da tecnologia está condicionada à existência de normas claras sobre sua utilização, ao adequado treinamento dos profissionais e à compreensão dos objetivos institucionais da implementação. Esses aspectos sugerem que o sucesso das câmeras corporais não depende apenas de sua adoção, mas também da construção de um processo de implementação capaz de conciliar a proteção do policial, a eficiência operacional e a garantia da transparência na atuação policial (White; Todak; Gaub, 2018).

Algumas limitações devem ser consideradas na interpretação dos resultados apresentados. O estudo foi realizado com uma amostra reduzida e restrita a uma única unidade operacional especializada da Polícia Militar da Paraíba, limitando a generalização dos achados para outras realidades institucionais. Além disso, a natureza transversal da pesquisa impossibilita estabelecer relações causais entre o uso das câmeras corporais e as percepções identificadas entre os participantes. Outro aspecto relevante refere-se ao fato de a maioria dos policiais possuir curto período de utilização da tecnologia, o que pode influenciar suas avaliações sobre benefícios e desafios. Recomenda-se que futuras investigações incluam amostras mais amplas, diferentes unidades policiais e abordagens longitudinais capazes de acompanhar mudanças perceptivas ao longo do tempo.

6 CONCLUSÃO

O presente estudo atingiu seu objetivo geral ao analisar as percepções dos policiais militares do Batalhão Especializado em Policiamento Turístico (BEPTur) da Polícia Militar da Paraíba acerca da utilização de câmeras corporais e dos impactos desse recurso em sua rotina operacional. Em relação ao primeiro objetivo específico, foi possível destacar que a implantação das câmeras corporais no BEPTur ocorreu de forma recente, uma vez que a maior parte dos participantes relatou utilizar o equipamento entre três e seis meses no momento da coleta dos dados. Esse resultado evidencia que a incorporação da tecnologia ainda se encontrava em fase inicial, o que influencia o processo de adaptação dos profissionais à nova ferramenta.

Quanto ao segundo objetivo específico, verificou-se que os policiais apresentam, em sua maioria, percepção favorável ao uso das câmeras corporais. Os resultados demonstraram que os participantes reconhecem benefícios relacionados principalmente ao aumento da segurança jurídica, à influência positiva na tomada de decisão durante as ocorrências e à maior transparência das ações policiais. Ao mesmo tempo, parte dos respondentes percebe as câmeras como instrumento de controle institucional e relata desconforto decorrente do uso contínuo do equipamento durante o serviço. No que se refere ao terceiro objetivo específico, constatou-se que os impactos da utilização das câmeras corporais na rotina operacional são percebidos de maneira predominantemente positiva, embora coexistam opiniões divergentes quanto à ampliação da tecnologia na corporação. Apesar da tendência favorável à expansão do uso das bodycams, uma parcela dos policiais demonstrou resistência ou posicionamento neutro, evidenciando que a aceitação da tecnologia envolve aspectos operacionais, institucionais e individuais.

De modo geral, os achados indicam que as câmeras corporais são percebidas como ferramentas capazes de fortalecer a transparência, a proteção jurídica e a qualificação da atuação policial. Entretanto, sua efetividade depende não apenas da disponibilidade do equipamento, mas também de estratégias institucionais voltadas à capacitação contínua, ao aperfeiçoamento dos protocolos de utilização e ao diálogo permanente com os profissionais que empregam essa tecnologia em suas atividades. Por fim, considerando que a implantação das câmeras corporais no BEPTur é recente e que este estudo foi realizado com uma amostra específica, recomenda-se a realização de novas pesquisas com diferentes unidades policiais e maior período de utilização do equipamento, de modo a ampliar o conhecimento sobre os impactos dessa tecnologia na atividade policial militar.

REFERÊNCIAS

ARIEL, Barak; FARRAR, William A.; SUTHERLAND, Alex. The effect of police body-worn cameras on use of force and citizens' complaints against the police: A randomized controlled trial. **Journal of quantitative criminology**, v. 31, n. 3, p. 509-535, 2015.

DAVIES, Amanda; KRAME, Ghaleb. Integrating body-worn cameras, drones, and AI: A framework for enhancing police readiness and response. **Policing: A Journal of Policy and Practice**, v. 17, p. paad083, 2023.

DE CARVALHO, Vinicius Mariano; LIMA, Raphael C. Shaping the security-development nexus in Brazil: The military as a modernising and nation-building actor?. **Conflict, Security & Development**, v. 23, n. 2, p. 105-133, 2023.

DE GUSMÃO, Luis Guilherme Melo Buarque; NASCIMENTO, Francisco Abud; LOPES, Pedro Henrique de Meneses Bittencourt. Inovação tecnológica na segurança pública: aplicações de sistemas inteligentes no apoio à atividade policial militar da PMPE. **LUMEN ET VIRTUS**, v. 17, n. 56, p. e11746-e11746, 2026.

GENGHINI, Marco Aurélio Barberato; DE OLIVEIRA, Diogenes Wagner Silveira Esteves; FABRETTI, Humberto Barrionuevo. O uso da câmera operacional portátil (COP) na polícia militar do estado de São Paulo: um diálogo entre segurança, privacidade e cidadania. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, v. 24, n. 3, p. 273-304, 2023.

GOMES, Júlia Santos; SANTOS, Bruno Cavalcante Leitão. Tecnologias de monitoramento e o impacto do uso de câmeras corporais no direito à privacidade do profissional de segurança pública. **Encontro de Pesquisas Judiciárias da Escola Superior da Magistratura do Estado de Alagoas**, n. 9, p. 465-465, 2025.

GUNDHUS, Helene I. Experience or knowledge? Perspectives on new knowledge regimes and control of police professionalism. **Policing: a journal of policy and practice**, v. 7, n. 2, p. 178-194, 2013.

JÚNIOR, Edimar de Sousa Santos; JÚNIOR, Clóvis Marques Dias. Impactos do uso de câmeras corporais na prevenção de abuso de autoridade por policiais militares. **LUMEN ET VIRTUS**, v. 16, n. 47, p. 3917-3934, 2025.

KARAKATSANIS, Alec. The Body Camera: The Language of Our Dreams. **Yale JL & Liberation**, v. 4, p. 11, 14, 2024.

LUM, Cynthia et al. Research on body-worn cameras: What we know, what we need to know. **Criminology & public policy**, v. 18, n. 1, p. 93-118, 2019.

MAGALONI, Beatriz; MELO, Vanessa; ROBLES, Gustavo. Warriors and vigilantes as police officers: Evidence from a field experiment with body cameras in Rio de Janeiro. **Cambridge Journal of Evidence-Based Policing**, v. 7, n. 1, p. 2, 2023.

MEDEIROS, Sabrina et al. Navigating inter-agency collaboration and the integration of customs security: insights from the Brazilian case. **OPR.**, p. 140, 2025.

MURALI, K. Jayanth. **Soliloquies on Future Policing: An Anthology on Emerging Technologies, Cybersecurity and Law Enforcement**. Notion Press, 2024.

OLIVEIRA, Victor Gabriel Rodrigues Viana. A aproximação da polícia à sociedade por intermédio das organizações da sociedade civil religiosas. **Revista Ciência & Polícia**, v. 11, n. 1, 2025.

PATIL, Shefali V.; BERNSTEIN, Ethan S. Uncovering the mitigating psychological response to monitoring technologies: Police body cameras not only constrain but also depolarize.

Organization Science, v. 33, n. 2, p. 541-570, 2022.

POIRIER, Brigitte; CHARBONNEAU, Étienne; BOIVIN, Rémi. Police body-worn cameras and privacy: Views and concerns of officers and citizens. **International journal of police science & management**, v. 26, n. 2, p. 170-181, 2024.

SAHBAN, Muhammad Aarsal. Strategies for Strengthening the Internal Supervision System of Indonesian National Police to Enhance Law Enforcement Integrity Toward Transparent and Accountable Legal Governance. **Enrichment: Journal of Multidisciplinary Research and Development**, v. 3, n. 8, p. 3426-3442, 2025.

STOUGHTON, Seth W. Police body-worn cameras. **North Carolina law review**, v. 96, n. 5, p. 1363, 2018.

VANDENBROUCKE, Jan P. et al. Strengthening the Reporting of Observational Studies in Epidemiology (STROBE): explanation and elaboration. **International journal of surgery**, v. 12, n. 12, p. 1500-1524, 2014.

WHITE, Michael D.; TODAK, Natalie; GAUB, Janne E. Examining body-worn camera integration and acceptance among police officers, citizens, and external stakeholders. **Criminology & public policy**, v. 17, n. 3, p. 649-677, 2018.